

Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito – CMTT

Data: **30.06.020** (terça-feira)

Horário: **9:00** às **12:00** (online)

Participantes:

Conselheiros | Órgãos Municipais

- André Luís Gonçalves Pina – SMDU
- Carlos Alberto S. Codesseira - CET
- Christina Maria Marchiori Borges - SPTrans
- Denise de Campos Bittencourt - SMDU
- Eduardo Macabelli - CET
- Elisabete França - Secretária de Mobilidade e Transportes - SMT
- Irineu Gnecco Filho – SG
- Leonardo Barbosa de Oliveira - SGM
- Maria Teresa Diniz – Secretária Executiva - CMTT
- Manoel Messias C. Santos - SPTrans
- Nancy Schneider - CET
- Oswaldo Rafael Fantini - SMPED
- Regina Celia da S. Santana - SMDHC
- Vanessa Lima Benedito - SGM

Conselheiros | Temáticos, Regionais e Operadores do Transporte

- Ana Carolina – Mobilidade a Pé
- Antonio Raimundo Matias – SIMTETAXIS
- Bárbara H. S. Montalva - Juventude
- Carlos Alberto Fernandes R. de Souza - SPUrbanuss
- Carolina Guimarães – Meio Ambiente e Saúde
- Daniel Fernaine Drager – Regional Sul
- Enio José da Silva – Regional Norte
- Idernani Gomes do Carmo – Regional Leste
- Fernanda de Campos Bardelli - Bicicleta
- Francisco Armando Noschang Christovam - SPUrbanuss
- João Santo Carcan – Idosos
- Jorge Miguel dos Santos - TRANFRETUR
- Juliana Ribeiro Conz – Regional Oeste
- Ligia Miranda de Oliveira - ONG
- Luciana Trindade de Macedo – Regional Centro
- Maria Ermelina Malatesta - Idosos

- Paulo Reis - Regional Oeste
- Rafael Del Mônico Drummond – Regional Centro
- Rafael Gândara Calabria - ONG
- Reginaldo Pereira dos Santos – Regional Leste
- Sandra Ramalho – Pessoa com Deficiência
- Sandro Merida Domingues – Regional Oeste
- Mauro Calliari – Mobilidade a Pé

Participaram da reunião um total de **85** pessoas entre membros do Conselho Municipal de Transportes e Trânsito e munícipes da sociedade civil organizada.

Secretária Elisabete França – abriu a reunião, deu as orientações básicas para seu bom andamento e anunciou a sequência das pautas que seriam tratadas (apresentação da SPTrans, do Centro de Estudos da Metrópole e do Manual de Desenho Urbano pela Secretária Executiva, Maria Teresa). Disse ainda que ao final de cada apresentação seria aberto o debate aos participantes. Convidou a Sra. Olívia Aroucha da SPTrans para iniciar sua apresentação.

Obs.: todas as apresentações foram disponibilizadas aos Conselheiros.

Olívia Aroucha – *Ações da SPTrans durante a Pandemia* (evolução). Ao final deu alguns informes gerais sobre o link criado dentro do site da SPTrans reiterando que diariamente as informações são atualizadas e podem ser consultadas pelos usuários de transporte público (recomendações, frota, demanda, protocolos/limpeza e desinfecção, etc).

Rafael Calabria – sobre a exposição da Olívia: 1) nenhuma cidade onde houve *lockdown* o transporte público deixou de funcionar (ônibus é transporte essencial). 2) Gostaria de entender a dificuldade em relação aos dados (por que a frota está rodando toda hora e como seria esta articulação?). 3) Saber sobre o Decreto da mudança da remuneração, que incluía a frota parada para manutenção dos trabalhadores. 4) Sobre a frota circulando, se já houve mudança na remuneração (passageiro/custo)? 5) “Bus on demand” (não atende cidadãos de baixa renda que não possuem celular com 3G, contas pagas, etc.).

Élio – 1) Indagou sobre os ônibus com ar-condicionado e se a SPTrans já havia feito análise das ocorrências. 2) Gostaria de verificar a possibilidade de marcar uma reunião referente à consulta pública até dia 06.07.2020, para discutir implicações sobre a nova rede. (Maria Teresa observou que o assunto consulta pública/pontos poderia ser respondido, mas não era tema desta reunião).

Mauro Calliari - 1) Sobre a contagem dentro dos ônibus (dificuldade de uma métrica objetiva), foi feito algum orçamento para a inserção de sensores dentro dos ônibus? Como garantir que as pessoas fiquem 1,5m umas das outras? 2) A normativa de não poder andar em pé dentro dos veículos já foi suspensa?

Oswaldo Fantini (SMPED) – 1) pontuou que no final da fala foi dito que a demanda tende a cair; porém, entende que haverá menos passageiros, mas a frota deverá continuar a mesma. 2) Sugeriu atenção especial para o embarque e desembarque de passageiros portadores de deficiência, tendo em vista a necessidade de proximidade com motoristas e cobradores (ônibus passa a ser praticamente a única possibilidade de transporte). Há poucos táxis acessíveis e metrô é mais complicado.

José Montal (ABRAMET) – 1) Dúvida sobre a participação de outros órgãos no comitê de frota da PMSP. 2) Que tipo de comunicação a PMSP tem com as comunidades no sentido de orientar um comportamento diferenciado em relação ao transporte público e manter o distanciamento?

Olívia Aroucha – respondendo aos questionamentos:

- 1) **Lockdown** – Calabria tem razão e em nenhum momento se pensou em parar o transporte público (maior dificuldade é conhecer os deslocamentos para realizar o atendimento adequado). A solução foi mantermos o sistema operando como era. Não sabíamos naquele momento como alterar as rotas para um melhor atendimento.
- 2) **Programação de linhas** e toda frota rodando: não tem sentido, num momento onde é preciso manter o distanciamento, manter um quadro de horários (considerou-se viável o veículo rodar o máximo possível). Fazemos o dimensionamento de frotas.
- 3) **Ferramentas/contagem dentro dos ônibus** – não temos uma ferramenta que consiga visualizar rapidamente como está o serviço; conseguimos fazer o processamento da informação depois (por vezes com delay de 7 a 8 dias). É uma massa muito grande de informações, exige processamento (necessidade de um banco de dados único com as interfaces de acordo com a necessidade do planejamento e da operação).
- 4) **Remuneração** - necessária uma reunião específica para tratar do assunto.
- 5) **“Bus on demand”** – não cabe no nosso perfil de sistema de transporte público que temos no contrato SPTrans. Podemos ter um atendimento durante períodos do dia, mas mais específico.
- 6) **Sobre não termos andado muito** em relação à apresentação anterior – o que temos feito é o acompanhamento, o monitoramento e os ajustes. A **contagem dentro dos ônibus** (não temos equipamentos instalados e nem como implantar rapidamente). Há vários sistemas e a tecnologia sobre medição de capacidade penso que será implementada nesse novo contrato.
- 7) Foi revogada a normativa para **não andar com passageiros em pé** dentro dos veículos (o controle é muito difícil de ser feito). Temos trabalhado no nível de lotação.
- 8) **Menos passageiros no futuro** - estamos avaliando, pois sabemos que o sistema vai mudar; temos que repensar e trabalhar muito nas demandas (temos que trazer novos passageiros e também os que estão inseguros para retornar).

- 9) **Comitê de frota** – não existe um comitê de frota; a SPTrans vem fazendo a interface e implementando ações, de acordo com as diretrizes dos governos municipal e estadual.
- 10) **Orientação às comunidades para mudança de comportamento** na utilização do transporte – temos assessorias de articulação comunitária responsáveis pela interface com as comunidades constituídas que durante a pandemia foi prejudicada; área de comunicação vem produzindo bastante material para divulgação nos ônibus e nas redes sociais (usuários genéricos e não especificamente para as comunidades constituídas).

Anderson (SPTrans) - colocou-se à disposição para atender as contribuições/sugestões sobre pontos de ônibus e abrigos (consulta pública) e informou que a Diretoria Financeira também estará à disposição para eventuais esclarecimentos sobre remuneração.

Secretária Elisabete França - esclareceu que a consulta pública está aberta que os comentários poderão ser realizados; reforçou que o Anderson estará à disposição para dirimir eventuais dúvidas. Sugeriu também que a apresentação geral sobre a questão financeira (remuneração) ficasse como pauta para a próxima reunião ordinária do CMTT.

Tainá Bittencourt (Centro de Estudos da Metrópole) – agradeceu o convite e iniciou sua apresentação: *COVID-19 – Políticas Públicas e as respostas da Sociedade*.

Washington - sugeriu a validação da catraca (entrada e saída) dentro do veículo.

Leandro - tendo em vista a pandemia e os dados apresentados pela Tainá, sugeriu que fosse repensado o novo edital do sistema de transporte público assinado anteriormente (muito do que foi definido pode não fazer sentido hoje). Sobre a contagem dos passageiros, considera importante que seja online e em tempo real (informação fundamental daqui para frente).

Olívia – em relação a apresentação da Tainá, esclareceu: 1) **frota** nunca ficou abaixo de 60% (em abril foi reduzida no início, mas logo foi recomposta). 2) **ocupação dentro do ônibus** (concorda que é fundamental). No sistema de bilhetagem, fazemos uma suposição; o usuário deveria entrar e ir para a catraca, mas isto nem sempre acontece. De fato, seria necessário o equipamento embarcado (contador), previsto no edital. 3) **Viagens expressas** – está sendo feito estudo específico para identificação de algumas linhas, independente de serem troncais ou não. 4) **Bicicletário/paraciclo** – há em todos os terminais, exceto naqueles onde não há conexão, impossibilitando a utilização pelo usuário em segurança. 5) **2 catracas e 2 validadores/veículo** - não é um sistema que se aplica; há outros tipos de medidores. 6) **ar-condicionado** – a frota evoluiu para uma frota moderna, com janelas lacradas + ar-condicionado e isto foi rápido (há muito veículos com as janelas lacradas); nos que não têm janela lacrada, estas ficam abertas. Os veículos com a janela lacrada dependem da sua limpeza e isto está sendo realizado de acordo com o protocolo de higienização, com limpeza constante e desinfecção que

é o que devemos fazer nesse momento. O protocolo de higienização, com limpeza mais constante e desinfecção está sendo realizado. 7) **edital do novo sistema de transporte** - a rede é referência e a SPTrans tem autonomia; a mesma sempre poderá ser rediscutida e reorganizada.

Ana Carolina – referente à apresentação da Tainá destacou o fato de que as áreas críticas, em muitos casos, coincidem com os distritos da cidade onde há um maior número de mortes por COVID (Brasilândia, Sapopemba, Jardim Ângela e Jardim São Luís). Essas áreas necessitam de respostas rápidas. O acompanhamento dos dados para realização de ajustes na frota para reduzir o risco de contaminação é uma demanda urgente. Sugeriu a retomada da parceria com o Mobilab para realização do processamento de dados e a visualização dos dados de forma pública.

Rafael Calabria – reforçou a sugestão da Ana Carolina sobre o Mobilab, ação foi descontinuada. Consulta Pública/pontos de ônibus: importante marcar uma reunião com Anderson/SPTrans para que possamos contribuir antes do encerramento da consulta pública.

Oswaldo Fantini (SMPED) – tendo em vista a mudança da realidade daqui para frente, sugeriu que a SMT dialogasse com outros órgãos a fim de encontrarem soluções conjuntas para o estabelecimento de escalonamento de horários (trabalho e escolas) e também implementação de infraestrutura na periferia.

Tainá Bittencourt – **catracas de validação**: concordo com a Olívia. Poderia dar a informação, mas é um ponto sensível que provoca aglomerações e atrasos na operação. **Sensores dentro dos veículos** aliados aos dados de bilhetagem podem ser uma solução mais eficaz. **Interface gráfica com dados de lotação** pode ser bastante necessária no período atual. **Rediscussão do sistema** (novo edital) - temos portas abertas para isso - e é necessária. Em relação à **redução da frota**, a primeira informação que tivemos (final de março) foi que a frota caiu para 40% antes da pandemia (foi aumentando, mas creio que chegou a uma redução de 60%). **Bilhetagem**: é uma estimativa, precisamos dos sensores. Sobre **bicicletários** e paraciclos, não é uma questão apenas de ter nas estações, mas as condições que eles se encontram. Temos os dois extremos (subutilização em alguns e poucos em outros locais). **Compartilhamento de dados**: parcerias e talvez uma comunicação mais direta (Mobilab pode ser uma alternativa). Ressalto que a SMT e a SPTrans são referência em compartilhamento de dados; porém, sempre podemos melhorar. É importante entender a multidimensionalidade das políticas. Isolamento social tem impacto direto no transporte público e o trabalho precisa ser coordenado em todas as Secretarias da cidade.

Irineu Gnecco - reforçou a importância de ações conjuntas (Secretarias) e do escalonamento de horários de trabalho.

Maria Teresa – fez a apresentação do *Manual de Desenho Urbano e Obras Urbanas da Cidade de São Paulo*. Informou que o mesmo estava disponível na página da CET e que tanto o link do Manual como a apresentação seriam disponibilizados aos Conselheiros.

Rafael Calabria - teremos algum prazo para o levantamento de pontos mais graves que estão em desacordo com o Manual? Isto para também garantir que o Manual não vire letra morta.

Wans – duas questões: como será este formato online do Manual? No final, após o encerramento da consulta pública, como será o retorno? Teremos uma devolutiva?

Mauro Calliari – elogiou a apresentação e ponderou que há um risco enorme de que o documento possa... – *estamos falando de 6 meses até o final desta gestão – corremos um risco grande do documento virar letra morta*. Sugeriu várias apresentações: Conselho Municipal de Política Urbana, nos Conselhos Participativos das diversas Subprefeituras, Conselho de Paisagem Urbana, enfim, em todos os grupos gestores de operações urbanas. Sugeriu também que fosse um documento orgânico. Há um receio que a ação não siga adiante (é importante que o Manual passe a ser uma política do governo seja quem for).

Daniel Drager – ponderou sobre o uso das ciclovias e a falta de **orientação e sinalização aos usuários** (ciclistas, entregadores, usuários de patinetes, etc. que não respeitam o compartilhamento). Sugeriu a inclusão no Manual.

Sandra Ramalhos – sugeriu o detalhamento da acessibilidade para pessoas com deficiência, idosos e crianças. Haverá um capítulo específico para isto?

Mauro Ramon – em relação às larguras de ruas, gostaria de saber se a SEL continua participando da elaboração do Manual. Como serão consideradas as larguras de calçadas e de vias?

Maria Teresa: 1) em relação ao **planejamento de cada secretaria**, os planos de intervenção para adequação de todas as questões continuarão acontecendo, como sempre. É um Manual de Projetos que orientará todos os projetos novos; deverão respeitar os parâmetros do Manual que será instituído por um Decreto. Para intervenções maiores, de grande porte, que interferem em outros setores, será necessário ouvir as diretrizes de outros órgãos da PMSP. O Manual é mais uma ferramenta para que possamos atuar com maior qualidade nessas intervenções. 2) O **Formato online** será o mesmo formato das fichas, com mesmo projeto gráfico, mas conseguiremos adicionar algumas funcionalidades (links para legislação, por exemplo). 3) **Devolutiva:** não consigo responder de imediato qual será o prazo, mas ao final do processo publicaremos todos os questionamentos e sugestões recebidas e responderemos o que será acatado, assim como justificaremos o que não será possível fazer. Salientou que este é um trabalho que envolve várias secretarias e que alguns

temas serão repassados para outros órgãos responderem. 4) **Letra morta e prazo**: “conte com nossa astúcia”; somos incansáveis e persistentes (creio que não há risco de não conseguirmos publicar pelo menos no formato online este ano). 5) **Orgânico**: a intenção do formato da ficha é exatamente para podermos atualizar (versão digital compatível com a impressa). 6) **Fiscalização/Sinalização para Pedestres**: começamos a discutir, é muito diferente da sinalização voltada para os veículos, há um regramento muito rígido. É uma intenção nossa aprofundar esse tema e há espaço para evoluirmos nesta questão. 7) **Acessibilidade**: temos fichas exclusivas dentro do capítulo do Pedestre, fichas para os Idosos e Crianças e a ideia é alertar os projetistas para esses temas. Os temas também aparecem de forma transversal e para qualquer intervenção nas vias há que se garantir que a legislação seja cumprida. 8) **Larguras de ruas**: SEL não faz parte atualmente do GT-MOV, mas temos conversado com eles. A obrigação do cadastro será para as obras do poder público, mas estamos solicitando que eles façam os cadastros das intervenções licenciadas por particulares (parcelamentos) por serem os órgãos receptores que aprovam esses projetos dentro da PMSP. É preciso que sejam cadastrados no sistema georreferenciado para que os próprios órgãos públicos e sociedade civil tenham conhecimento. Existe uma interface e uma intenção de que futuramente SEL passe a integrar o GRAPROURB quando a legislação for mudada.

Meli – senti um desequilíbrio na abordagem. Alguns assuntos estão muito detalhados e outros pouco detalhados. Por exemplo, o projetista precisa ter a dimensão do tempo dos semáforos. Faltou explicar como é feita esta metodologia das divisões do tempo entre veículos e pedestres. Caberia, quando for apresentado os detalhes de obras, puxar um link para o documento onde foram tiradas as informações.

José Montal – existe alguma obrigação por parte daqueles que utilizarão o manual e como isto será cobrado? Há sustentação legal? Comentou sobre a contenda em relação à velocidade nas marginais e que foi mote de campanha. Existe a preocupação para que o Manual não se torne letra morta? Como é tratada a comunicação no Manual?

Maria Teresa – desequilíbrio/detalhamento: concordamos que é necessário dar uma atenção à padronização e estamos trabalhando nisto (trabalho de compilação gigantesco). Algumas fichas precisam ser reorganizadas e/ou enxugadas. Sobre a **obrigatoriedade no cumprimento do Manual**, estamos fazendo um Decreto exatamente por isto. Todos os órgãos da PMSP, particulares e concessionárias serão obrigados a respeitar os parâmetros estabelecidos. Em relação à **comunicação**, já temos feito algumas apresentações quando somos convidados e queremos organizar uma com o GT-MOV; outros representantes do GT-MOV também têm feito o mesmo em seus respectivos conselhos. O Manual também poderá ter depois outros “filhotinhos” de comunicação (cartilhas, vídeos, etc.).

José Montal – a comunicação de risco envolvendo acidentes de trânsito deveria estar mais presente na mobilidade sustentável e saudável.

Maria Teresa – a intenção é melhorar cada vez mais a comunicação e mostrar que é essencial.

Secretária Elisabete França – agradeceu a participação de todos, informou que precisava sair da reunião e que as apresentações seriam enviadas por e-mail.

Luan – fatores de risco: trabalhamos com duas ideias: comportamentais/OMS, que dizem respeito ao excesso de velocidade, álcool, etc. (fizemos várias campanhas/2019). A outra (Manual) é entender como a estrutura viária afeta este fator de risco.

Washington - manifestou a preocupação com o retorno aos trabalhos e falou sobre o protocolo do transporte escolar elaborado pela categoria. Informou que o esboço do protocolo fora enviado à Secretaria para ser analisado e que após sua aprovação seria importante a divulgação antes do retorno da categoria.

Maria Teresa - havia entendido que vocês apresentariam hoje este tema. Podemos encaminhar o material a todos os conselheiros para posterior debate. Receberemos as contribuições de todos e também por parte da SMT.

Acho que cumprimos todos os assuntos da pauta. Outros assuntos ficarão para a próxima reunião ordinária (resposta da carta, entre outros). Posso enviar por e-mail o levantamento realizado em relação as faltas dos conselheiros.

Leandro – questionou a questão da substituição dos membros Conselho.

Maria Teresa – no meu entendimento, segundo o Regimento Interno, é necessário aguardamos o final do mandato para uma nova eleição. Podemos conversar com os Procuradores e Assessoria Jurídica para verificar outras possibilidades de nomeação e/ou discutir alteração do Regimento. Agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.